

PREFÁCIO

Esta coletânea dá continuidade ao trabalho conjunto conduzido pela Diretoria da ABA, presidida pela Dra. Yonne de Freitas Leite, e a Fundação Ford, que instituíram em 2000 o concurso Antropologia e Direitos Humanos – Prêmio ABA/Ford. Já naquela oportunidade, os trabalhos premiados foram publicados pela EdUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense, no volume 30 da Coleção Antropologia e Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, organizado por *Regina Reyes Novaes* e *Roberto Kant de Lima*, com o título *Antropologia e Direitos Humanos. Prêmio Associação Brasileira de Antropologia/Fundação Ford* em 2001. Como apontei no texto de apresentação, naquela ocasião, acredito que esta iniciativa reflete a prática cada vez mais diversificada dos associados da ABA, propiciando mais um *locus* de legitimação institucional àqueles que desejam discutir esta temática no seio de nossa disciplina.

Em 2002, novo concurso foi realizado, sob os auspícios de nova diretoria da ABA, presidida então pelo Dr. Ruben Oliven, compondo a banca os Drs. Ana Lucia Eduardo Farah Valente (UFMS), Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF), Regina Reyes Novaes (UFRJ) e Roberto Kant de Lima (ABA/UFF). Comprometeu-se também a ABA, no edital, a publicar os melhores trabalhos, o que está sendo realizado neste segundo volume, já na terceira e atual administração de nossa Associação, agora presidida pelo Dr. Gustavo Lins Ribeiro.

Como da vez anterior, o concurso foi proposto para que se candidatassem autores em duas categorias, em nível de mestrado e de doutorado. A distinção pretende expandir a abrangência dos interessados no concurso, estimulando a reflexão sobre o tema desde o início da formação pós-graduada. Entretanto, como seria de se esperar, resulta em abordagens com profundidade e complexidade diversas, em termos dos resultados apresentados e, por isso mesmo, divididos em duas categorias de candidatos no concurso.

Na categoria de doutorado, foi premiado em primeiro lugar o texto de *Pedro Paulo Gomes Pereira*, do Programa da UnB, intitulado *O silêncio e a voz*, uma etnografia da Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista do Distrito Federal, voltada para o tratamento de pacientes portadores de AIDS. Foram concedidas, entretanto, duas menções honrosas, também premiadas com a publicação, para os textos de *Patrice Schuch*, do Programa da UFRGS, intitulado *Trama de significados – uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da delegacia do adolescente infrator no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre/RS*, onde se destaca a discussão das estratégias sociais utilizadas por adolescentes e familiares/responsáveis neste campo institucional, e o de *Emerson Giumbelli*, do Programa do Museu Nacional/UFRJ, intitulado *Liberdade religiosa no Brasil contemporâneo – uma discussão a par-*

tir do caso da Igreja Universal do Reino de Deus, onde se discute a dinâmica do campo religioso no espaço público brasileiro.

Na categoria de mestrado, classificaram-se dois trabalhos em primeiro lugar, dividindo o prêmio: o de *Daniela Cordovil Corrêa dos Santos*, do Programa da UnB, intitulado *Antropologia e direitos humanos no Brasil*, uma contribuição para a contextualização da categoria direitos humanos na tradição disciplinar da antropologia, no Brasil, e o de *Mariana Eva Tello*, da Universidade de Córdoba, Argentina, intitulado *La fuerza de la cosa dada: derechos humanos, política y moral en las indemnizaciones a las víctimas del terrorismo de estado en Argentina*, uma análise instigante que situa criticamente o debate dos direitos humanos na Argentina ligado diretamente ao tema dos desaparecidos políticos.

Como se pode ver, os temas abordados são bastante diversificados, refletindo, ao meu ver, a riqueza temática contemporânea de nossa disciplina. Espera-se que esta iniciativa da ABA, que já perdura por três de suas administrações, em colaboração com a Fundação Ford, continue a estimular a elaboração de reflexões voltadas para esta questão em nosso país, marcado de maneira tão dramática pela desigualdade, não só econômica e social, que a economia de mercado provoca, mas também por uma desigualdade jurídica, inusitada em países republicanos do ocidente, e aqui responsável pela instituição arraigada culturalmente de estratégias repressivas de controle social, as quais se têm revelado cada vez mais insuficientes para administrar os conflitos em nossa sociedade.

Direitos desiguais geram deveres desiguais, e neste contexto jurídico-político institucionalizado – como é o caso da prisão especial, por exemplo – torna-se extremamente difícil promover a internalização de regras e falar coerente e correntemente em direitos humanos, por definição atrelados a uma perspectiva universalista. A particularização freqüente que esta categoria sofre quando dela se faz uso corrente no Brasil – direitos humanos dos bandidos, direitos humanos das vítimas, direitos humanos da polícia – como se fossem expressões desiguais e complementares de um mesmo fenômeno, comprova quão longe ainda estamos de uma sociedade mais justa da perspectiva jurídico-política, em que o acesso aos mecanismos e valores institucionais para a promoção da administração pacífica dos conflitos entre juridicamente iguais esteja ao alcance da maioria da população.

Neste sentido, a ABA e a Fundação Ford, com mais esta iniciativa, reafirmam seu papel institucional de continuar contribuindo para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, onde os preconceitos e as desigualdades encontrem formas institucionalizadas de neutralização, na busca incansável de mais justiça para todos.

Roberto Kant de Lima
Universidade Federal Fluminense
Associação Brasileira de Antropologia